



**EVENTO DE EXTENSÃO SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES  
PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM PORTO VELHO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA<sup>1</sup>**

**EXTENSION EVENT ON VIOLENCE AGAINST WOMEN HEALTH PROFESSIONALS  
IN PORTO VELHO: AN EXPERIENCE REPORT**

**EVENTO DE EXTENSIÓN SOBRE VIOLENCIAS CONTRA MUJERES  
PROFESIONALES DE LA SALUD EN PORTO VELHO: UN RELATO DE EXPERIENCIA**

**Ana Paula Santos da Silva <sup>2</sup>**

**Izadora Cristina Borges Souza <sup>3</sup>**

---

<sup>1</sup>Resumo apresentado ao GT 4 Justiça de Gênero, Sexualidade e Direitos Reprodutivos, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

<sup>2</sup> Estudante de medicina da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: [anapaulanamedicina@gmail.com](mailto:anapaulanamedicina@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5086668803608561>. ORCID: 0009-0005-0070-618X.

<sup>3</sup> Estudante de medicina da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: [izadorabsouza@gmail.com](mailto:izadorabsouza@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1683270268046315>. ORCID: 0009-0005-7070-4040.



## RESUMO

Este relato descreve a experiência vivenciada durante a realização de um seminário educativo sobre violência contra profissionais de saúde mulheres, promovido em uma instituição pública de ensino superior. O evento teve como objetivo discutir a magnitude, os determinantes e as consequências desse fenômeno, bem como fomentar espaços de escuta e reflexão coletiva. Participaram 50 profissionais e estudantes de diferentes áreas da saúde. A metodologia adotada foi dialógica e participativa, com exposições temáticas, relatos de vivências e debates. As discussões evidenciaram a naturalização da violência institucional, as desigualdades de gênero e a necessidade de fortalecimento das políticas de proteção e acolhimento às vítimas. Conclui-se que a experiência favoreceu o empoderamento das participantes, a sensibilização dos gestores e a articulação interprofissional para o enfrentamento da violência de gênero no trabalho em saúde.

**Palavras-chave:** violência Laboral; mulheres profissionais de saúde; enfrentamento; equidade de gênero.

## INTRODUÇÃO

A violência contra profissionais de saúde constitui-se em um grave problema de saúde pública, multifatorial e em ascensão no Brasil. Tal fenômeno afeta não apenas a integridade física e mental dos trabalhadores, mas também compromete a qualidade da assistência prestada e a segurança dos pacientes. Entre as vítimas, destacam-se as mulheres profissionais da saúde, que, devido à interseção entre



gênero, classe e hierarquia institucional, encontram-se em posição de vulnerabilidade ampliada (Crenshaw, 1991; Trindade et al., 2021).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) e a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) reconhecem a violência e o assédio no ambiente laboral como ameaças significativas aos direitos humanos e à saúde ocupacional. No contexto brasileiro, estudos apontam prevalências que variam entre 18,4% e 72,1%, sendo os serviços de urgência e emergência os mais afetados (Santos et al., 2020; Pimenta et al., 2024).

As mulheres que atuam nesses espaços enfrentam, além das agressões físicas e verbais, formas sutis e persistentes de violência moral, psicológica, sexual e institucional, frequentemente naturalizadas e invisibilizadas pelas estruturas organizacionais (Musse et al., 2022). Essa naturalização, associada à subnotificação, a qual ultrapassa 50% dos casos, perpetua o ciclo de impunidade e adoecimento (Silveira et al., 2023).

Diante desse cenário, o evento de extensão denominado “**Violências contra profissionais da saúde em Porto Velho**” foi concebido como um espaço de diálogo, escuta ativa e construção coletiva de saberes. Seu objetivo principal foi evidenciar essa problemática estrutural, sensibilizar profissionais, docentes e estudantes sobre o impacto da violência de gênero no trabalho em saúde.

A pertinência da iniciativa está ancorada na urgência de discutir a temática sob perspectiva intersetorial e de gênero, em consonância com a Convenção 190 da OIT (2019) e com os princípios da Política Nacional de Saúde da Mulher e da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Brasil, 2012).



## DESENVOLVIMENTO

### 1. Organização e metodologia

O seminário foi realizado no dia 8 de outubro de 2025, promovido por um núcleo de pesquisa em saúde e trabalho, em parceria com a Universidade Federal de Rondônia e o Ministério Público do Trabalho. Participaram cerca de **50 pessoas** entre enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, gestores, juízes, defensores públicos e estudantes. A atividade teve duração de 4 horas, estruturada em três momentos interdependentes:

- **Relatos de vivências** – cinco pessoas compartilharam experiências pessoais de violência, revelando impactos emocionais e organizacionais.
- **Exposições temáticas** – duas pessoas abordaram dados epidemiológicos, determinantes estruturais, organizacionais e socioculturais da violência.
- **Debates** – alguns profissionais ouvintes fizeram perguntas sobre os assuntos expostos e debateram.

A metodologia foi fundamentada valorizando a horizontalidade das relações e a construção coletiva do conhecimento. Os participantes foram convidados a refletir criticamente sobre suas práticas e sobre as estruturas institucionais que reproduzem desigualdades e silenciam as vítimas.

### 2. Principais discussões emergentes

Durante as atividades, emergiram três eixos temáticos principais, em consonância com a literatura científica:

#### a) Determinantes estruturais e organizacionais



Os participantes relataram que superlotação, déficit de recursos humanos e ausência de protocolos de segurança são fatores recorrentes de vulnerabilidade. Em consonância com Campos et al. (2019) e Bordignon & Monteiro (2018), observou-se que a precarização do trabalho no SUS intensifica tensões e conflitos, tornando a violência um evento cotidiano e naturalizado.

#### **b) Desigualdades de gênero e hierarquias institucionais**

O debate sobre gênero revelou que a maioria das vítimas são mulheres jovens, negras e em cargos subalternos, o que reforça a perspectiva interseccional (Crenshaw, 1991). As participantes relataram episódios de assédio moral e sexual, invisibilizados por práticas hierárquicas e pela cultura de culpabilização da vítima. A violência simbólica, descrita por Bourdieu (2002), foi identificada como elemento transversal nas relações de poder entre profissionais.

#### **c) Subnotificação e silêncio institucional**

A subnotificação, confirmada nos relatos, decorre do medo de retaliação e da descrença nos canais institucionais de denúncia, conforme descrito por Musse et al. (2022). As profissionais destacaram a falta de apoio psicológico e jurídico após os episódios, evidenciando lacuna entre o discurso institucional e a prática cotidiana.

### **3. Resultados e percepções**

O seminário proporcionou espaço de escuta sensível e reconhecimento mútuo entre as participantes.

As exposições de vivências evidenciaram que a violência contra profissionais de saúde mulheres é um tema conhecido por grande parte da população, mas é pouco discutido e analisado perspectivas para o enfrentamento de tal problema.



No momento da abertura para o debate, foi revelado sentimento de pertencimento e empoderamento. Uma das participantes sintetizou: *“Pela primeira vez, me senti escutada e compreendida como mulher e profissional”*. A experiência reforçou o potencial transformador dos espaços educativos interdisciplinares na reconstrução das relações de gênero e poder.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização do seminário possibilitou compreender a violência contra profissionais de saúde mulheres como fenômeno social, institucional e de gênero, atravessado por desigualdades estruturais e culturais. A vivência demonstrou que estratégias educativas participativas são fundamentais para romper o silêncio e promover o empoderamento coletivo das trabalhadoras.

O encontro também evidenciou a necessidade de ações contínuas, que integrem formação, acolhimento e responsabilização institucional. Reforça-se que a violência no ambiente de trabalho não é inerente à profissão, mas resultado de falhas organizacionais e estruturais que podem ser transformadas por meio de políticas públicas e gestão comprometida com a equidade e a dignidade no trabalho.

Conclui-se que experiências como esta devem ser ampliadas e institucionalizadas como práticas permanentes de educação em saúde e equidade de gênero, promovendo ambientes laborais mais seguros, humanos e respeitosos.

### **REFERÊNCIAS**

Bordignon M, Monteiro MI. *Violência no trabalho da enfermagem: um olhar às consequências na perspectiva do modelo demanda-controle*. **Rev. Bras. Enferm.** 2018;71(5):2435-2442.



Bourdieu P. ***A dominação masculina***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.

Brasil. Ministério da Saúde. ***Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora***. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

Campos MA, Crespo CA, Santos TF et al. *Violência laboral em unidades de pronto atendimento: percepção dos profissionais sobre determinantes organizacionais*. **Rev. Esc. Enferm. USP**. 2019;53:e03486.

Crenshaw K. *Intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. **Stanford Law Rev**. 1991;43(6):1241-1299.

Musse CF, Santos HS, Carvalho PA et al. *Workplace violence against emergency healthcare workers during the COVID-19 pandemic: a mixed-methods study*. **Rev. Saúde Pública**. 2022;56:89.

Organização Internacional do Trabalho. ***Convenção 190: eliminação da violência e assédio no mundo do trabalho***. Genebra: OIT; 2019.

Organização Mundial da Saúde. ***Violência contra trabalhadores da saúde: relatório global sobre prevalência, impactos e estratégias de prevenção***. Genebra: OMS; 2020.

Pimenta FR, Silva GA, Moraes EN et al. *Determinantes múltiplos da violência laboral contra profissionais de saúde no Brasil*. **Cad. Saúde Pública**. 2024;40(3):e00156323.

Santos KOB, Silva JFS, Rodrigues AMS et al. *Prevalência de violência laboral contra profissionais de saúde no Brasil: revisão sistemática e metanálise*. **Cad. Saúde Pública**. 2020;36(4):e00188419.